

CORREIO NACIONAL



Resolução foi publicada no Diário Oficial da União

CFM veta terapia hormonal para menor de 18 anos

O Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou nesta quarta-feira (16), no Diário Oficial da União, resolução que revisa critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero.

O texto define como incongruência de gênero uma discordância acentuada e persistente entre o gênero vivenciado por um indivíduo e o sexo atribuído, sem necessariamente implicar sofrimento.

Já a disforia de gênero

é definida pelo documento como grave desconforto ou sofrimento causado pela incongruência de gênero.

O texto veta aos médicos a possibilidade de prescrever bloqueadores hormonais para tratamento de incongruência de gênero ou disforia de gênero em crianças e adolescentes.

“A vedação não se aplica a situações clínicas reconhecidas pela literatura médica, como puberdade precoce ou outras doenças endócrinas.”

MPF questiona veto

O Ministério Público Federal instaurou procedimento para apurar a legalidade de uma resolução do Conselho Federal de Medicina, publicada na quarta que revisa critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero.

Em nota, a entidade

destaca que a publicação altera as normas que definem o atendimento e a realização de procedimentos médicos ofertados a pessoas trans, incluindo crianças e adolescentes. Segundo o MPF, o procedimento foi aberto a partir de denúncia feita pela Associação Mães pela Diversidade.

Entidades também reagem a vetos

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) publicou nota de repúdio à resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) publicada nesta quarta-feira (16) que revisa critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero.

A entidade avalia que a publicação promove “grande retrocesso” no direito ao acesso à saúde integral da população trans e travesti no Brasil, sobretudo de crianças e adolescentes trans que, segundo a nota, são diretamente impactados pelas normas definidas pelo CFM.

Bolsas de estudo a negros

O programa Black STEM, que seleciona estudantes negros para concorrer a bolsas de estudo no exterior, está com inscrições abertas até o dia 30 deste mês. Pelo programa, os selecionados podem receber até R\$ 35 mil em bolsas para cursos nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática

(STEM, na sigla em inglês). A iniciativa é do Baobá – Fundo para Equidade Racial, com apoio da B3 Social e parceria do Brasa, uma associação de estudantes brasileiros no exterior.

A lista com os resultados dos estudantes classificados será divulgada dia 11 de julho, no portal Baobá.

Comemoração de vitória militar

O presidente Lula participou, na quarta, da celebração do Dia do Exército no quartel-general da força, em Brasília. A instituição completa 377 anos no próximo dia 19. O evento celebrou os 80 anos da vitória dos militares da Força Expedicionária Brasileira na Itália, na

Segunda Guerra Mundial. “Nossa fortaleza, como instituição de Estado integralmente devotada à missão constitucional, decorre da imparcialidade e do profissionalismo que sempre devem caracterizar nossas ações”, disse o comandante do Exército, general Tomás Paiva.

Alerta sobre a rouquidão

Ficar com a voz rouca pode ser apenas uma das consequências de uma infecção na garganta, ou do uso excessivo das cordas vocais, entretanto, este também é o primeiro sintoma de um problema muito mais grave: o câncer de laringe.

“Esse tipo de câncer

é responsável por cerca de 2% dos tumores que afetam a população no Brasil, e, em dois terços dos casos, os tumores estão localizados na região da prega vocal”, revela o membro da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial, Daniel Dávila.

Bônus de produtividade para reduzir filas do INSS

Em 2024, dois milhões de pessoas esperavam análise de pedidos

Os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os peritos médicos federais vão voltar a ganhar bônus de produtividade como incentivo para reduzir a fila de espera para a análise de benefícios previdenciários e assistenciais.

Uma medida provisória foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva depois da fila do INSS ter aumentado em 2024, superando a marca de dois milhões de pessoas esperando análise de pedidos.

Publicada em edição extra no Diário Oficial da União (DOU) na terça, a medida institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios. O texto prevê o pagamento de R\$ 68 para o servidor do INSS e R\$ 75 para o perito federal por processo analisado e concluído.

Servidores e peritos que aderirem a greves ou que estejam compensando horas não trabalhadas ficam excluídos do programa. A medida prevê que a bonificação seja paga para servidores e peritos que ultrapassem determinadas metas de desempenho, além do fluxo normal de trabalho.

O programa é voltado para



A medida institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios

os processos que já tenham esgotado o prazo de 45 dias para análise inicial ou que tenham expirado algum outro prazo estabelecido pela justiça, bem como as avaliações sociais para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado a idosos de baixa renda e pessoas com deficiência de qualquer idade.

No caso de perícias, geram bônus aquelas realizadas em unidades sem oferta regular do

serviço ou que tenham prazo para agendamento superior a 30 dias; as que tenham prazo judicial expirado e as que necessitam somente de análise documental, desde que essa análise seja feita pelo servidor ou perito depois das 18h ou em fins de semana.

O controle e o monitoramento das metas e a ordem de prioridade para a análise de processos e realização de perícias ainda deverão ser regu-

lamentados pela Casa Civil e pelos Ministérios da Previdência e de Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

O programa de bonificação tem vigência de 12 meses, prorrogáveis uma vez por igual período. Para continuar vigente, contudo, a medida provisória que cria o bônus do INSS deve ser aprovada pelo Congresso em até 60 dias, também prorrogáveis uma vez por igual período.

Adesão ao Enem dos Docentes

Rovena Rosa/Agência Brasil

O prazo para adesão voluntária das redes públicas de ensino à Prova Nacional Docente (PND) termina nesta quinta-feira (17).

O chamado Enem dos Docentes será anual e tem o objetivo de otimizar o processo de contratação por concursos públicos ou seleções simplificadas e, com isso, aumentar o ingresso de professores efetivos no magistério em todo o Brasil.

Nesta primeira edição, a prova unificada usará como referência a prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) das Licenciaturas, implementado em 2024.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela realização do Enade das Licenciaturas, vai aplicar a prova em todo o território nacional, de forma descentralizada, no último trimestre de 2025.

Os resultados da prova te-



Prova é um dos eixos do Programa Mais Professores

rão validade por três anos.

O Inep estima que, em 2025, o país terá cerca de 250 mil formandos em licenciaturas, “potenciais candidatos a ocupar cargos e posições nas secretarias de educação”, disse em nota o instituto.

O processo de adesão voluntária ao Prova Nacional Docente deve ser feito de forma virtual pelas secretarias de educação municipais, estaduais e do Distrito Federal. O acesso

é pelo site do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec), com login no portal de serviços digitais do governo federal, o Gov.br.

No módulo Prova Nacional Docente (PND), o gestor local deve selecionar a aba “adesão”, responder ao questionário e informar a data do processo seletivo para professores da educação básica em sua rede. Por fim, deve assinar eletronicamente o termo de adesão do programa.

A Prova Nacional Docente não substitui o processo seletivo das redes. Por isso, após a confirmação da adesão pelo Inep, cada secretaria de educação deverá cadastrar o próprio edital de seleção de professores até 25 de junho, no mesmo Simec, indicando o uso da nota da Prova Nacional Docente como parte da seleção.

O Ministério da Educação (MEC) preparou um guia prático para apoiar estados e municípios no uso da prova em seus processos seletivos, principalmente, na elaboração dos seus editais de seleção.

Em 30 de junho, o Inep deve divulgar os editais e as vagas disponíveis nas redes públicas de ensino municipal, estadual e distrital que aderiram ao uso da prova.

Após o processo, ops candidatos com formação em licenciatura que queiram lecionar em escolas da rede pública poderão se inscrever voluntariamente, em data a ser definida em um futuro edital do Inep.

STF

STF suspende extradição de cidadão búlgaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu o processo de extradição (Ext 1902) do cidadão búlgaro Vasil Georgiev Vasilev, solicitada pelo governo da Espanha, até que o país comprove a existência de reciprocidade no cumprimento do tratado bilateral de extradição firmado com o Brasil em 1988.

De acordo com o ministro do STF, o respeito ao princípio da reciprocidade é um requisito fundamental previsto tanto na Lei de Migração brasileira quanto no tratado de extradição entre os dois países, e sua ausência impede o seguimento do pedido.

STJ

Arte no Tribunal apresenta a pintura Serena

A 37ª edição de Arte no Tribunal apresenta a pintura Serena, de autoria de Pedro Garcia. A obra compõe o acervo artístico do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e contribui para a valorização do patrimônio do tribunal.

Executada em técnica de aquarela, a obra artística possui dimensões de 51 cm x 36 cm e está localizada na Seção de Museu e Memória Institucional. Pintada em 2019, foi doada pelo artista à corte em 2022, durante a exposição Expressão, realizada no Espaço Cultural do STJ. Intitulada Serena, a aquarela recebeu esse nome em homenagem à modelo que posou para a obra.

TSE

TREs levam atendimento a pessoas com deficiência

A Justiça Eleitoral (JE) leva seus serviços a quem tem dificuldade de se deslocar a um cartório eleitoral.

Na semana passada, dois tribunais regionais eleitorais (TREs) fizeram ações de atendimento para pessoas com deficiência (PCDs) e com dificuldades de locomoção. No Pará, o simulado eleitoral, a emissão do título de eleitor e a distribuição de materiais educativos foram levados para o Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), em Belém, local que atende PCDs. No Amazonas, o atendimento eleitoral da 1ª Zona Eleitoral, no Centro de Manaus, foi domiciliar.

TCU

Auditoria sobre Fundos Constitucionais de Financiamento

O Tribunal de Contas da União avaliou como são medidos os impactos do uso dos Fundos Constitucionais de Financiamento na sociedade. Esses fundos são destinados ao desenvolvimento econômico e social das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte e utilizados na execução de programas de financiamento aos setores produtivos. O TCU analisou o trabalho da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, além dos ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional e da Fazenda.